



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2023.0000329181

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1055554-25.2022.8.26.0100, da Comarca de São Paulo, em que é apelante EDUARDO NANTES BOLSONARO, é apelado TWITTER BRASIL REDE DE INFORMAÇÃO LTDA - TWITTER BRASIL.

ACORDAM, em 1ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso, com observação. V.U. Compareceu para a sustentação oral o Dr. André Zonaro. Também inscrito, o Dr. Thiago Rocha estava ausente no momento do pregão.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ALEXANDRE MARCONDES (Presidente sem voto), FRANCISCO LOUREIRO E CLAUDIO GODOY.

São Paulo, 25 de abril de 2023

RUI CASCALDI

RELATOR

Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

VOTO N° : 55505
APEL.N° : 1055554-25.2022.8.26.0100
COMARCA: SÃO PAULO
APTE. : EDUARDO NANTES BOLSONARO
APDA. : TWITTER BRASIL REDE DE INFORMAÇÃO LTDA.
JUIZ : SERGIO DA COSTA LEITE

RESPONSABILIDADE CIVIL – Obrigação de fazer com pedido indenizatório – Sentença de improcedência – Inconformismo manifestado – Descabimento – Autor que requer o restabelecimento das funcionalidades das publicações bloqueadas e que a ré se abstenha de impor novas limitações sem autorização judicial – Usuário que concordara com os termos de uso da plataforma – Exclusões procedidas pela ré que, no caso, visaram impedir publicações contrárias à eficácia das vacinas contra a Covid-19, com eficácia devidamente comprovadas - Dano moral – Inocorrência – Decisum mantido por seus próprios e jurídicos fundamentos, nos termos do art. 252 do Regimento Interno do TJSP – Apelo não provido, com observação

Trata-se de apelação contra a sentença que julgou improcedente ação de obrigação de fazer com pedido de indenização por danos morais. Sucumbente, o autor foi condenado ao pagamento das custas e despesas processuais, arbitrada a honorária em R\$ 2.500,00.

Inconformado, recorre este sustentando, em síntese, que não foi devidamente analisada a abusividade da empresa ré ao restringir o uso da plataforma sem prévia notificação, bem como o documento produzido pela própria agência de vigilância sanitária, que se utilizava também do termo “*experimental*” em sua resolução. Argumenta que houve censura da plataforma quanto às suas publicações que apenas transmitiram informações verídicas. Alega que a suspensão da sua conta tem condão de gerar não apenas a perda de seguidores e potenciais eleitores, mas também prejudicar a imagem do usuário perante os que o acompanham, ultrapassando mero dissabor.

Recurso processado e respondido.

É o relatório.

O apelo não prospera.

Isto porque que pese as alegações do autor, seu recurso é desprovido, pois suas razões não oferecem elementos novos capazes de alterar os fundamentos da decisão recorrida – razão pela qual ora são adotados como razão de decidir, nos seus exatos termos:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

“(...)

A hipótese é de julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, anotando-se, inclusive, não terem as partes provas a produzir (folhas 163 e 233).

Neste passo, a pretensão deduzida na inicial não merece acolhida.

É inegável o fato de que a relação entre as partes é contratual, vinculando-se as partes à observância do regramento respectivo.

Assim, o exercício da liberdade de expressão e até mesmo das prerrogativas inerentes ao Nobre exercício das atividades de Deputado Federal, deve observar, nas relações privadas que assume, os contornos a que se obrigou.

É certo que em diversas oportunidades se verifica que as redes sociais, realizando até mesmo análises subjetivas que não lhes cabem, findam por extrapolar os direitos que titularizam, mas no caso presente não é o que se verifica.

A velocidade com que se propagam notícias e manifestações nas redes sociais justifica, a princípio, a pronta intervenção das empresas que as administram para a suspensão de veiculações abusivas, enganosas ou de conteúdo similar. Inviável que se permita que sigam gerando efeitos, para somente depois serem excluídas postagens de tal natureza.

Neste passo, quando abusivo o comportamento da empresa, que elimina indevidamente alguma postagem, cabe ao responsável adotar as medidas cabíveis para que tal violação deixe de produzir efeitos.

Entretanto, entre o risco de serem gerados efeitos deletérios decorrentes de postagens abusivas e enganosas, e a necessidade de um usuário buscar em Juízo ordem para que a rede social realize a reinserção de conteúdo indevidamente excluído, esta última hipótese é a que evita maiores prejuízos, muitas vezes até mesmo irreparáveis.

Mas no caso presente, como já dito, não há abusividade a ser declarada.

Existe em nosso País Agências devidamente criadas para as análises cabíveis relacionadas à liberação ou não de medicamentos, sendo prerrogativa delas afirmações de tal natureza.

Deste modo, se os Órgãos com atribuição para tanto informam à população em geral que as vacinas ofertadas não têm caráter experimental, já que submetidas aos testes necessários, tendo obtido as aprovações cabíveis, não cabe dizer que é abusiva a exclusão, com base no contrato firmado entre as partes, de informação em contrário publicada.

Durante um período em que a população enfrentava enorme insegurança e em que milhares de pessoas perderam



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

seus entes queridos, não era adequado realizar afirmação diametralmente oposta à fornecida pelos Órgãos Públicos acerca das vacinas, aproveitando-se da relação contratual.

E não há quem possa negar que a Pandemia restou controlada, em todo o mundo, quando disseminada a vacinação, com a redução drástica dos casos de morte, ou seja, comparando-se os efeitos benéficos com eventuais deletérios, é inegável a imperatividade da vacinação.

Ainda que quisesse discutir o cabimento ou não da imposição pelo Poder Público da vacinação para seus servidores, não poderia o autor, contrariando a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, dizer que a vacina seria experimental, causando insegurança naqueles que a buscavam.

Assim, por realizar afirmação infundada, repita-se à exaustão, com base nas conclusões do próprio Órgão Público a quem cabe tal espécie de análise, o autor se sujeitou à exclusão da publicação, nada havendo a ser reclamado ou dano a ser indenizado.

E em relação à vedação de futuros bloqueios a publicações do autor, como já adiantado acima, não há como se acolher a pretensão, já que se impõe às redes sociais a adoção de providências para que eventuais publicações abusivas ou enganosas não permaneçam disponíveis, ensejando conflitos e desinformação.

Tal como qualquer cidadão, sujeita-se o autor a tal análise, sendo que o palco ideal para propagar todas as opiniões que possui, em discordância inclusive com as Agências com atribuição para as análises correspondentes, é o Congresso Nacional.

Nas relações privadas deve respeitar os limites dos contratos que celebra ou aos quais anui.

Ante o exposto, julgo improcedente a presente ação de obrigação de fazer, cumulada com indenização por danos morais promovida por EDUARDO NANTES BOLSONARO em face de TWITTER BRASIL REDE DE INFORMAÇÃO LTDA. Arcará o autor com o pagamento das custas e despesas processuais, bem como de honorários advocatícios, que arbitro no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), a ser corrigido monetariamente desde a presente data pelos índices constantes da Tabela de Atualização do Tribunal de Justiça deste Estado, bem como acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, contados desde o trânsito em julgado da presente." (fls. 234/237)

Segundo o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, "Nos recursos em geral, o relator poderá limitar-se a ratificar os fundamentos da decisão recorrida, quando, suficientemente motivada, houver de mantê-la, apreciando, se houver, os demais argumentos recursais capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

no julgamento" (art. 252, com redação dada pelo Assento Regimental n.º 562/2017). Aliás, o E. STJ, no julgamento do Recurso Especial n.º 662-272-ES, da relatoria do Min. João Otávio de Noronha, posicionou-se no sentido de que "É predominante a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça em reconhecer a viabilidade de o órgão julgador adotar ou ratificar o juízo de valor firmado na sentença, inclusive transcrevendo-o no acórdão, sem que tal medida encerre omissão ou ausência de fundamentação no decisor". No mesmo sentido, REsp. n.º 641.963-ES, 2ª T., rel. Min. Castro Meira; REsp. n.º 592.092-AL, 2ª T., rel. Min. Eliana Calmon e REsp. n.º 265.534-DF, 4ª T., rel. Min. Fernando Gonçalves.

Desnecessário, portanto, qualquer acréscimo aos sólidos fundamentos deduzidos pelo Juiz de primeiro grau - que ora ficam ratificados, pois esgotaram a matéria posta em discussão.

Em desfecho, consigne-se prequestionada toda matéria infraconstitucional e constitucional aqui enfrentada - observado o pacífico entendimento no sentido de que é desnecessária a citação numérica dos dispositivos legais, com a advertência de que embargos procrastinatórios serão penalizados com multa.

Isto posto, **NEGA-SE PROVIMENTO** ao recurso. Mantida a sucumbência tal como estabelecida, os honorários advocatícios ficam majorados para R\$ 2.800,00, nos termos do art. 85, § 11º, do Código de Processo Civil, em conformidade com os critérios do § 2º do aludido artigo.

RUI CASCALDI
Relator